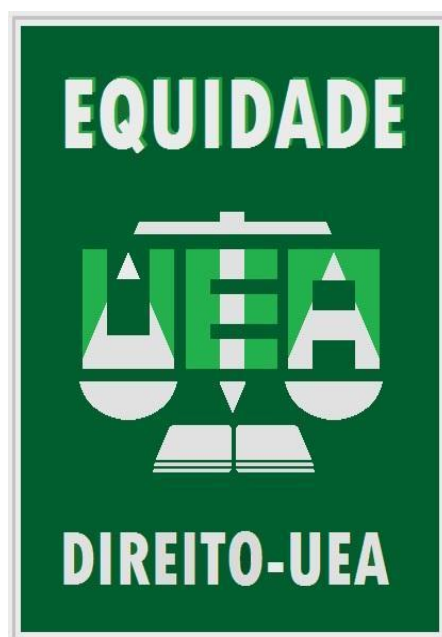


UEA
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DO
AMAZONAS



**ESCOLA DE
DIREITO**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS



EQUIDADE:

**REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO DA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS**

UEA
EDIÇÕES

editora
UEA

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

Wilson Lima
Governador

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

Prof. Dr. André Luiz Nunes Zogahib
Reitor

Profa. Dra. Kátia do Nascimento Couceiro
Vice-Reitor

Prof. Dr. Fábio Carmo Plácido Santos
Pró-Reitor de Ensino de Graduação

Prof. Dr. Monica Dias de Araújo
Pró-Reitora de interiorização

Profa. Dr. Roberto Sanches Mubarak Sobrinho
Pró-Reitor de pesquisa e pós-graduação

Profa. Dra. Samantha Coelho Pinheiro
Pró-Reitora de Planejamento

Prof. Dr. Valber Barbosa Martins
**Pró-Reitor de Extensão e Assuntos
Comunitários**

Prof. Dr. Nilson José de Oliveira Junior
Pró-Reitor de Administração

Profa. Dra. Isolda Prado
Diretora da Editora UEA

Profa. Dra. Glaucia Maria de Araújo Ribeiro
**Coordenação do Programa de
Pós-Graduação *Stricto sensu* em Direito
Ambiental**

EQUIDADE:

Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas

Prof. Dr. Ricardo Tavares de Albuquerque, UEA
Coordenação do curso de Direito

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA
Profª. Dra. Patrícia Fortes Attademo Ferreira -UEA
Prof. Dr. Ricardo Tavares, UEA
Editores Chefe

Profª. Msc. Monique de Souza Arruda
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto
Esp. Alcemir Filomeno Pinto, UEA
Msc. Edinaldo Inocência Ferreira Junior, UEA
Esp. Glenda Martins Monteconrado, UEA
Prof. Msc. Helder Brandão Góes
Esp. Maíza Thayná Pereira Ribeiro, UEA
Esp. Renato Gomes de Sá Leitão, UEA
Esp. Sheila N. de Paula e Silva Oliveira, UEA
Bruna Maria da Silva Mota, UEA

Editores Assistentes

Prof. Dr. Celso Antonio Pacheco Fiorillo, PUCSP
Profª. Dr. Danielle de Ouro Mamed, UFMS
Prof. Dr. Antonio Carlos Morato, USP
Profª. Dra. Tereza Cristina S. B. Thibau, UFMG
Prof. Dr. Sandro Nahmias Melo, UEA
Prof. Dr. Cássio André Borges dos Santos, UEA

Conselho Editorial

Profª. Dr. Lidiane Nascimento Leão, UFOPA
Prof. Msc. Assis da Costa Oliveira, UFPA
Prof. Dr. Nirson da Silva Medeiros Neto, UFOPA
Profª Ma. Roberta Priscila de Araújo Lima, UEA
Prof. Msc. Helder Brandão Góes
Esp. Alcemir Filomeno Pinto, UEA
Msc. Edinaldo Inocência Ferreira Junior, UEA
Esp. Glenda Martins Monteconrado, UEA
Esp. Maíza Thayná Pereira Ribeiro, UEA
Esp. Renato Gomes de Sá Leitão, UEA
Esp. Sheila N. de Paula e Silva Oliveira, UEA
Bruna Maria da Silva Mota, UEA

Comitê Científico

Prof. Dr. Daniel Gaio - UFMG/MG
Prof. Dr. Paulo Victor Vieira da Rocha, UEA
Prof. Dr. Alcian Pereira de Souza, UEA
Prof. Dr. Erivaldo Cavalcanti e Silva Filho, UEA
Profa. Msc. Monique de Souza Arruda
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto, UEA
Profa. Dra. Adriana Almeida Lima, UEA
Prof. Dr. Ygor Felipe Távora da Silva, UEA
Prof. Dr. Neuton Alves de Lim, UEA

Avaliadores

Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto, UEA
Prof. Msc. Helder Brandão Góes

Primeira Revisão

Prof. Pós- Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA

Revisão Final

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico



Seminário de Legislação especial aplicada a grupos vulneráveis

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes

Organizadores

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes

Comissão científica do evento

Antonio José Cacheado Loureiro
Camila Jatahy Araujo
Cristiane da Silva Pereira Medeiros
Raphael Nogueira Holanda Gouveia
Daniel Rabelo de Melo
David Henrique Lisboa Santiago
Bruno Jordano da Silva Brito
Eurico Dias Teixeira Neto
Evelton Cezar Bitencourt
Fernanda da Silva Pereira
Giêr Monteiro Memoria
Hélio dos Santos Júnior
Juvenal Cavalcante Portela
Paulo José Barbosa Martins de Abreu
Giêr Monteiro Memória
Henrique Raimundo do Nascimento
Fortaleza

Italo Jeffersson Fernandes Pacheco
Jarneson Barbosa Ferreira Batista
João da Silva Padilha
João Paulo Ribeiro da Silva
Johnattan Martins Pinheiro
José Adelson da Silva Miranda
Leandro Santos Gomes
Lincon de Oliveira Bernarde
Edigley Oliveira da Silva
Marcello Phillipe Aguiar Martins
Marcelo Travessa Guedes
Paulo José Barbosa Martins de Abreu
Paulo José Barbosa Martins de Abreu
Tulio Diego De Almeida Monteiro
Victor Dias Noé Araújo

Comissão de revisores

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico



Seminário de Legislação especial aplicada a grupos vulneráveis

Adriel da Silva Santos
Aghata Gonçalves do Amaral Melo
Amanda leitão da Silva
Ana Belle Barcelos Faria
André Guilherme Oliveira Gentil
André Marques Araújo
Andrews Martins Siqueira
Bruna Maria da Silva Mota
Clodoaldo Matias da Silva
Denison Melo de Aguiar
Edinaldo Inocêncio Ferreira Junior
Elias Emanuel Lima de Melo
Elizabeth Ellen Santos Rocha
Emilly Victória Batista dos Santos
Ernesto Santos Coelho
Felipe Matheus de Assis Saraiva
Gabriel Imay Diaz
Giovanna Costa Novo Moreira
Gisele de Almeida Nascimento
Glenda Martins Monteconrado
Heitor Lucas Rodrigues Pontes
Inocêncio Ferreira Junior

João Gabriel de Souza Monteiro
Katy Anne da Silva Ferreira
Layse Oliveira de Castro
Luana Caroline Nascimento Damasceno
Lucas Emanuel Bastos Polari
Luciana Lima Conceição
Marcelo Damasceno Rodrigues
Maria Beatriz Carvalho de Alencar
Maria Clara Santana Barros de Oliveira
Paula Carolina Lobato da Cunha
Raissa Lima do Nascimento
Rian Carlos de Moraes Pereira
Rogério Ribeiro da Costa Sheila
Nascimento de Paula e Silva Oliveira
Suzy Oliveira de Araújo
Viviane dos Santos Farias
Yasmim Ferreira Derzi
Sheila Nascimento de Paula e Silva
Oliveira
Suzy Oliveira de Araújo
Viviane dos Santos Farias
Yasmim Ferreira Derzi

Comissão Organizadora

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico



Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes

Organizadores

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes

Comissão científica do evento

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Bruna Maria da Silva Mota
Prof. MSc. Helder Brandão Góes

Formatação

Prof. MSc. Helder Brandão Góes

Primeira revisão

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes
Prof. MSc. Helder Brandão Góes

Revisão final

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

Os artigos publicados, bem como as opiniões neles emitidas são de inteira responsabilidade de seus autores.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade do Amazonas

R454

AGUIAR, Denison Melo de Aguiar; MEDINA, Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha; LIMA, Neuton Alves de; BRAGA, Mauro Augusto Ponce de Leão; PASCARELLI LOPES, Flávio Humberto. Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis. **Equidade**: Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Curso de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas/ Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas. Vol. 1. Nº 1. (2026). Manaus: Curso de Direito, 2026.

Anais

1. Direito – Periódicos. 2. Direitos Fundamentais – Periódicos.

Título.

CDU 349.6

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

APRESENTAÇÃO

Este é os Anais do Seminário de Legislação Aplicada a Grupos Vulneráveis, realizado no âmbito da disciplina homônima, ministrada aos alunos do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Estado do Amazonas. Este seminário representa um marco na formação jurídica, ética e cidadã dos futuros oficiais, ao propor uma abordagem crítica e interdisciplinar sobre os desafios enfrentados por populações vulnerabilizadas no contexto amazônico e brasileiro.

A ementa da disciplina foi concebida com o propósito de ampliar a compreensão dos discentes sobre os múltiplos fatores que produzem e reproduzem vulnerabilidades sociais, políticas e institucionais. Partiu-se da premissa de que o policial militar, enquanto agente do Estado e promotor de direitos, deve estar capacitado não apenas para intervir em situações de conflito, mas também para reconhecer e respeitar as especificidades culturais, identitárias e históricas dos grupos com os quais interage. Assim, temas como interseccionalidade, teoria da alteridade, sexualidade humana, racismo estrutural, violência doméstica, abuso de autoridade, entre outros, foram tratados com profundidade e sensibilidade ao longo do curso.

Os manuscritos que compõem estes Anais são frutos de um processo pedagógico que valoriza a pesquisa aplicada, a escuta ativa e o compromisso com a transformação social. Os alunos foram desafiados a investigar, refletir e propor soluções jurídicas e operacionais para questões que envolvem populações indígenas, ribeirinhas, negras, LGBTQIAPN+, idosos e os próprios policiais militares — estes últimos frequentemente invisibilizados como sujeitos de direitos dentro das estruturas institucionais. Os textos revelam não apenas domínio técnico, mas também empatia, senso crítico e abertura ao diálogo, qualidades indispensáveis à atuação policial em uma sociedade plural e democrática.

A escolha das populações abordadas nos trabalhos reflete a realidade amazônica e a complexidade das relações sociais que se estabelecem no território. A presença de povos originários e comunidades tradicionais exige do policial uma postura de respeito à diversidade cultural e aos direitos coletivos. A população negra, historicamente marcada pela exclusão e pela violência institucional, demanda ações afirmativas e práticas antirracistas. A comunidade LGBTQIAPN+ enfrenta barreiras estruturais e simbólicas que exigem do agente público uma atuação pautada na dignidade e na equidade. Os idosos, por

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

sua vez, são frequentemente vítimas de negligência e violência, o que requer atenção especializada e políticas de proteção. E os próprios policiais militares, sujeitos a pressões psicológicas, riscos físicos e estigmas sociais, precisam ser reconhecidos como parte da equação da vulnerabilidade.

Os Anais aqui apresentados são, portanto, mais do que um registro acadêmico: são testemunhos de um processo formativo comprometido com a justiça social, com os direitos humanos e com a construção de uma segurança pública que respeite e valorize a vida em todas as suas expressões. Que este material possa inspirar novas práticas, pesquisas e políticas voltadas à promoção de direitos e à redução das desigualdades.

Agradecemos aos alunos pela dedicação e coragem intelectual, à Academia de Polícia Militar do Amazonas pelo apoio institucional, à Universidade do Estado do Amazonas do e à sociedade amazonense, que nos desafia diariamente a pensar e agir com responsabilidade e humanidade.

Boa leitura.

Manaus, 01 de fevereiro de 2026.

Os Organizadores,

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes

**Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis
Artigo Científico**

**LICENCIAMENTO AMBIENTAL NA AMAZÔNIA: DESAFIOS E CONTRIBUIÇÃO
DA POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS NO CONTEXTO DA
SUSTENTABILIDADE REGIONAL**

*ENVIRONMENTAL LICENSING IN THE AMAZON: CHALLENGES AND CONTRIBUTION
OF THE MILITARY POLICE OF AMAZONAS IN THE CONTEXT OF REGIONAL
SUSTAINABILITY*

Eduardo Freire da Costa¹

Denison Mello Aguiar- Doutor²

Neuton Alves de Lima³

Flávio Humberto Pascarelli Lopes⁴

1. INTRODUÇÃO

A Amazônia, reconhecida mundialmente pela sua vasta biodiversidade e importância ecológica, constitui um dos mais relevantes patrimônios naturais do planeta. A região abriga aproximadamente sessenta por cento da maior floresta tropical do mundo, desempenhando papel crucial na regulação climática global, na manutenção de ciclos hidrológicos e na preservação de uma biodiversidade inestimável. Entretanto, este cenário de riqueza natural é constantemente desafiado por atividades humanas que geram significativos impactos ambientais, colocando em risco a integridade ecológica de toda a região.

Este contexto crítico requer a adoção de estratégias eficazes de gestão ambiental, sendo o licenciamento ambiental uma das ferramentas centrais para garantir a sustentabilidade. O licenciamento ambiental, enquanto instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente, representa um mecanismo preventivo essencial para o controle das atividades potencialmente degradadoras, estabelecendo condicionantes e requisitos que devem ser cumpridos pelos empreendedores antes, durante e após a implantação de seus projetos.

¹ Universidade do Estado do Amazonas – UEA, Bacharelado em Segurança Pública e do Cidadão. Cadete da Polícia Militar do Amazonas. Bacharel em Direito pela Universidade Luterana do Brasil. Pós-graduado em Direito Militar pelo Gran Centro Universitário. e-mail: eduardofreire35@gmail.com: <https://lattes.cnpq.br/5617066558184257>.

² Universidade do Estado do Amazonas – UEA, Doutor em Direito, e-mail: denisonaguiarx@gmail.com: <http://lattes.cnpq.br/9956374214863816>.

³ Universidade do Estado do Amazonas – UEA, Doutor em Direito, e-mail: nalima@uea.edu.br: <http://lattes.cnpq.br/5190251318187601>.

⁴ Universidade do Estado do Amazonas – UEA, Doutor em Direito, e-mail: fpascarellilopes@icloud.com: <http://lattes.cnpq.br/4123702310408290>.

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

O licenciamento ambiental é um processo administrativo regulamentado por normas rigorosas, como a Resolução CONAMA n. 237/1997, que busca controlar atividades potencialmente poluidoras e degradantes. Através dessa ferramenta, é possível prevenir danos ambientais, assegurando que as atividades econômicas estejam alinhadas com as diretrizes de conservação ambiental. Conforme estabelecido pela legislação brasileira, licenciamento ambiental é o procedimento administrativo destinado a licenciar atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental.

Além disso, através do licenciamento ambiental, torna-se viável a aplicação do princípio da prevenção nas atividades econômicas que oferecem riscos ao meio ambiente, garantindo, em última instância, sua proteção. Este princípio constitui um dos pilares fundamentais do direito ambiental contemporâneo, estabelecendo que a melhor forma de proteção ambiental consiste na prevenção de danos, evitando sua ocorrência, ao invés de buscar sua reparação posterior, frequentemente impossível ou extremamente onerosa.

Na Amazônia, onde há uma grande diversidade de ecossistemas sensíveis e uma complexa dinâmica socioeconômica, o licenciamento ambiental ganha relevância adicional. A região abriga inúmeras atividades que ameaçam sua integridade ecológica, como a extração ilegal de madeira, mineração clandestina, queimadas, expansão irregular da pecuária e da agricultura, além de empreendimentos de infraestrutura que, quando mal planejados, podem causar impactos irreversíveis. Diante dessa realidade multifacetada, a implementação efetiva do licenciamento ambiental apresenta-se como desafio fundamental para o desenvolvimento sustentável da região.

Nesse contexto, a Polícia Militar do Amazonas, especialmente por meio do Batalhão de Policiamento Ambiental, exerce papel decisivo na implementação efetiva das políticas ambientais. A corporação atua diretamente na fiscalização e repressão a crimes ambientais, garantindo o cumprimento das normas de licenciamento e atuando como braço operacional do poder público na proteção dos recursos naturais. A atuação da PMAM transcende a mera função repressiva, desempenhando também importante papel educativo e preventivo junto às comunidades locais.

Entretanto, a vasta extensão territorial da Amazônia e a complexidade das atividades econômicas representam desafios significativos para a atuação da PMAM. O Estado do Amazonas possui área territorial superior a um milhão e meio de quilômetros quadrados, com grandes porções de difícil acesso, o que demanda recursos logísticos substanciais,

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

equipamentos especializados e uma estrutura operacional robusta. O monitoramento eficaz exige recursos logísticos adequados, formação especializada dos agentes e um planejamento operacional detalhado e integrado, capaz de responder rapidamente às demandas de fiscalização em áreas remotas.

A integração entre a PMAM e os órgãos ambientais, como o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM), é essencial para superar esses desafios. A cooperação interinstitucional fortalece as ações de fiscalização, amplia a eficiência das operações e promove uma resposta mais rápida e precisa aos crimes ambientais. Esta integração permite a conjugação de expertise técnica dos órgãos ambientais com a capacidade operacional das forças de segurança, criando sinergias que potencializam os resultados das ações de proteção ambiental.

O licenciamento ambiental também desempenha um papel fundamental no desenvolvimento econômico sustentável da região amazônica. Ao assegurar que as atividades produtivas estejam dentro dos limites ecológicos aceitáveis, contribui para o equilíbrio entre o crescimento econômico e a preservação ambiental. Ademais, o licenciamento ambiental possibilita maior segurança jurídica para empreendedores e investidores, criando um ambiente de negócios mais transparente e confiável. Essa segurança jurídica é crucial para atrair investimentos sustentáveis, que são fundamentais para o desenvolvimento econômico da Amazônia, permitindo a geração de emprego e renda sem comprometer o patrimônio natural da região.

A PMAM, ao realizar operações bem-sucedidas como Hórus e Tamoiotatá, evidencia a importância da fiscalização eficaz. Essas operações resultaram em significativas apreensões e penalidades aplicadas aos responsáveis por atividades ilegais, demonstrando a capacidade operacional e a importância do treinamento especializado. Os resultados dessas operações têm impacto direto na redução de crimes ambientais e no fortalecimento da presença estatal em áreas críticas.

Finalmente, este estudo reforça a necessidade contínua de aprimoramento das políticas ambientais, do fortalecimento estrutural da PMAM e da capacitação dos seus agentes. Apenas com ações integradas, planejamento estratégico e investimento em tecnologia será possível garantir a proteção da Amazônia, promovendo a sustentabilidade e o bem-estar social das populações locais e regionais.

2. JUSTIFICATIVA

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis Artigo Científico

A elaboração deste trabalho justifica-se por três dimensões fundamentais de relevância, que abrangem os aspectos acadêmico, científico e social, especialmente no contexto amazônico.

A relevância acadêmica deste estudo reside na necessidade de aprofundar o debate sobre licenciamento ambiental nas instituições de ensino superior da Amazônia, particularmente nas academias de Direito e nos cursos de formação de oficiais militares. A compreensão aprofundada dos mecanismos legais de proteção ambiental e do papel das forças de segurança nesse contexto é essencial para a formação de profissionais capacitados para enfrentar os desafios ambientais contemporâneos. A pesquisa contribui para o fortalecimento do conhecimento jurídico-ambiental nas instituições amazônicas, promovendo uma visão integrada entre direito, segurança pública e sustentabilidade.

Do ponto de vista da relevância científica, o trabalho contribui significativamente para a produção de conhecimento sobre a efetividade dos instrumentos de gestão ambiental na Amazônia. A análise da atuação da Polícia Militar do Amazonas no contexto do licenciamento ambiental representa uma contribuição original para a literatura científica, especialmente considerando a escassez de estudos que abordem a intersecção entre segurança pública e proteção ambiental na região. O estudo oferece dados empíricos sobre operações de fiscalização, evidenciando desafios e soluções práticas que podem subsidiar tanto a pesquisa acadêmica quanto a formulação de políticas públicas. Ademais, a pesquisa contribui para a compreensão dos mecanismos de governança ambiental em contextos de grande extensão territorial e complexidade socioambiental.

Quanto à relevância social, o trabalho aborda questões de extrema importância para a sociedade amazônica e brasileira como um todo. A proteção ambiental da Amazônia transcende os interesses regionais, possuindo implicações globais relacionadas às mudanças climáticas e à conservação da biodiversidade. Para as comunidades locais, o licenciamento ambiental adequado e a fiscalização eficaz representam a garantia de desenvolvimento econômico sustentável, que respeita os modos de vida tradicionais e assegura a qualidade ambiental para as gerações futuras. A atuação efetiva da PMAM na fiscalização ambiental contribui diretamente para a proteção dos recursos naturais dos quais dependem milhões de pessoas na região amazônica, incluindo populações ribeirinhas, indígenas e comunidades tradicionais. Além disso, o combate aos crimes ambientais fortalece o Estado de Direito e promove justiça social, impedindo que interesses econômicos ilegais se sobreponham ao bem comum e ao direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

Portanto, a justificativa deste estudo fundamenta-se na urgência de produzir conhecimento aplicado que contribua efetivamente para a proteção da Amazônia, fortalecendo as instituições responsáveis pela fiscalização ambiental e promovendo o desenvolvimento sustentável da região.

3. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Analisar o processo de licenciamento ambiental na Amazônia, identificando os principais desafios enfrentados na região e avaliando a contribuição da Polícia Militar do Amazonas, por meio do Batalhão de Policiamento Ambiental, para a efetividade desse instrumento de gestão ambiental e para o desenvolvimento sustentável regional.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Caracterizar o processo de licenciamento ambiental no contexto amazônico, identificando suas especificidades, fundamentos legais e procedimentos administrativos aplicáveis na região, com ênfase nas três modalidades de licenças ambientais e seus requisitos documentais.

Examinar a atuação da Polícia Militar do Amazonas na fiscalização ambiental, analisando as principais operações realizadas pelo Batalhão de Policiamento Ambiental, seus resultados práticos e os desafios operacionais enfrentados no combate aos crimes ambientais.

Avaliar a importância da integração operacional entre a Polícia Militar do Amazonas e os órgãos ambientais, especialmente o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas, identificando mecanismos de cooperação interinstitucional que potencializam a efetividade da fiscalização e do licenciamento ambiental na Amazônia.

4. PROBLEMA E HIPÓTESE

O problema central que norteia esta pesquisa consiste em compreender de que forma o licenciamento ambiental pode ser efetivamente implementado na Amazônia, considerando os desafios específicos da região, e qual o papel da Polícia Militar do Amazonas nesse processo. Questiona-se especificamente como a atuação do Batalhão de Policiamento Ambiental contribui para a efetividade do licenciamento ambiental e para o combate aos crimes ambientais em uma região de dimensões continentais e complexidade socioambiental singular.

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

A hipótese que orienta este estudo sustenta que o licenciamento ambiental, quando associado a uma fiscalização rigorosa e integrada, executada de forma coordenada entre a Polícia Militar do Amazonas e os órgãos ambientais competentes, constitui instrumento eficaz para a prevenção de danos ambientais e para a promoção do desenvolvimento sustentável na Amazônia. Ademais, pressupõe-se que o fortalecimento estrutural da PMAM, com investimentos em capacitação, tecnologia e infraestrutura operacional, amplia significativamente a capacidade de fiscalização e a efetividade das políticas ambientais na região, contribuindo para a redução dos índices de criminalidade ambiental e para a consolidação de práticas econômicas sustentáveis.

5. METODOLOGIA

5.1. TIPO DE PESQUISA

Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa quanto à abordagem, uma vez que busca compreender fenômenos complexos relacionados ao licenciamento ambiental e à atuação da Polícia Militar do Amazonas, enfocando aspectos subjetivos, contextuais e processuais que não podem ser adequadamente mensurados apenas por métodos quantitativos.

Quanto aos objetivos, classifica-se como pesquisa descritiva e exploratória, pois descreve características do processo de licenciamento ambiental na Amazônia e explora a atuação da PMAM nesse contexto, área ainda pouco investigada pela literatura acadêmica.

Quanto aos procedimentos técnicos, trata-se de pesquisa bibliográfica e documental, complementada por estudo de caso das operações realizadas pelo Batalhão de Policiamento Ambiental.

5.2. TÉCNICAS DE PESQUISA

5.2.1. DOCUMENTAÇÃO

A coleta de dados baseou-se principalmente em documentação indireta, utilizando fontes secundárias constituídas por material já elaborado. A pesquisa bibliográfica envolveu a consulta sistemática de livros, artigos científicos, teses e dissertações relacionadas ao direito ambiental, licenciamento ambiental e segurança pública.

A pesquisa documental incluiu a análise de legislação ambiental federal e estadual, resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), documentos oficiais da Polícia Militar do Amazonas, relatórios de operações ambientais e licenças ambientais emitidas pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas.

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

5.2.2. PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL

A pesquisa bibliográfica fundamentou-se em obras clássicas e contemporâneas de direito ambiental, com ênfase em autores que discutem o licenciamento ambiental e os princípios do direito ambiental brasileiro. Foram consultados especialmente os trabalhos de Sarlet e Fensterseifer, Rodrigues e Oliveira, que constituem referências fundamentais no campo do direito ambiental.

A pesquisa documental incluiu a análise detalhada da Resolução CONAMA n. 237/1997, da Lei Complementar n. 140/2011, da Política Nacional do Meio Ambiente e da Constituição Federal de 1988, além de documentos oficiais relacionados às operações do Batalhão de Policiamento Ambiental.

5.3. ANÁLISE DE DADOS

5.3.1. ANÁLISE DE DADOS QUALITATIVA

A análise de dados seguiu os pressupostos da análise de conteúdo qualitativa, envolvendo a identificação de categorias temáticas e padrões discursivos presentes nos documentos analisados. Inicialmente, procedeu-se à leitura exploratória de todo o material coletado, seguida de leitura seletiva, analítica e interpretativa. A análise temática permitiu o agrupamento dos dados em categorias fundamentais, tais como fundamentos legais do licenciamento ambiental, desafios operacionais da fiscalização ambiental na Amazônia, modalidades de licenças ambientais, integração interinstitucional e resultados das operações de fiscalização. A codificação dos dados foi realizada de forma indutiva, permitindo que as categorias emergissem naturalmente do material analisado, sem imposição de quadros teóricos rígidos previamente estabelecidos.

A análise de estudos de caso das operações Hórus e Tamoiotatá envolveu exame detalhado dos relatórios operacionais, identificando estratégias utilizadas, resultados obtidos, dificuldades enfrentadas e lições aprendidas. Esta análise possibilitou compreender concretamente como se dá a atuação da PMAM na fiscalização ambiental e quais fatores contribuem para o sucesso ou insucesso das operações.

Os autores de metodologia científica consultados incluem Gil, Lakatos e Marconi, cujas obras forneceram o embasamento metodológico necessário para o desenvolvimento rigoroso desta pesquisa.

6. RESULTADOS

6.1 CARACTERIZAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis Artigo Científico

O licenciamento ambiental na Amazônia apresenta características específicas que o diferenciam de outras regiões do Brasil, em virtude da complexidade dos ecossistemas locais e da extensão territorial da região. O processo de licenciamento ambiental está fundamentado na Resolução CONAMA n. 237/1997, que estabelece os procedimentos e critérios aplicáveis em todo território nacional, e na Lei Complementar n. 140/2011, que define as competências dos entes federativos em matéria ambiental.

Há três espécies de licenças ambientais, cada uma correspondente a uma fase específica do empreendimento. A Licença Prévia é concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade, aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação. Esta licença não autoriza a instalação do empreendimento, mas sim declara sua viabilidade ambiental desde que cumpridas as condicionantes estabelecidas. A Licença de Instalação autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante. Nesta fase, o empreendedor está autorizado a iniciar as obras físicas de instalação do projeto. Por fim, a Licença de Operação autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação.

Figura 1 – Licença Prévia

DEBITO ORIGINAL
02.107.12024

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

LICENÇA PRÉVIA – L.P. Nº 014/2024

O INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS – IPAAM, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 3.785 de 24 de Julho de 2012, expede a presente Licença que autoriza a:

INTERESSADO: M.A Comércio de Combustíveis Ltda 'Posto Pitinga'.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: Rua Pajurá, nº 103, Vila Buriti, Distrito Industrial, Manaus-AM

CNPJ/CPF: [REDACTED] 13 **INSCRIÇÃO ESTADUAL:** 04.145.537-1

FONE: (92) 9 [REDACTED] 8 [REDACTED] **FAX:**

REGISTRO NO IPAAM: 1017.2604 **PROCESSO Nº:** 9144/2024-64

ATIVIDADE: Posto de abastecimento de combustíveis.

LOCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE: Mineração Taboca, BR 174, KM 245, Margem Direita, Ramal de acesso, Vila Pitinga, Presidente Figueiredo-AM.

FINALIDADE: Autorizar a realização de estudos de viabilidade ambiental visando à implantação de um Posto de abastecimento de combustíveis, em uma área de 81,00m², de um total de 6.975,00m².

POTENCIAL POLUIDOR/DEGRADADOR: Grande **PORTE:** Pequeno

PRAZO DE VALIDADE DESTA LICENÇA: 01 ANO.

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis Artigo Científico

Fonte: IPAAM (2025)

Figura 2 – Licença de Instalação

CEBI ORIGINAL
09/10/2024
Wago M-A Lino

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

LICENÇA DE INSTALAÇÃO – L.I. Nº 052/2024

O INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS – IPAAM, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 3.785 de 24 de Julho de 2012, expede a presente Licença que autoriza a:

INTERESSADO: L. da S. Meneses & Cia Ltda .

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: Rua Fausto Ventura, nº 449, Centro Manacapuru -AM.

CNPJ/CPF: [REDACTED] 23/[REDACTED] **INSCRIÇÃO ESTADUAL:**

FONE: (92) 9 [REDACTED] **LAU SV Nº: 098/2024**

REGISTRO NO IPAAM: 1011.2321 **PROCESSO Nº:** 000616/2023-32

ATIVIDADE: Loteamento

LOCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE: Rodovia Manoel Urbano, s/nº, km 79, Município de Manacapuru-AM

Coordenadas Geográficas:

Ponto	Latitude	Longitude	Ponto	Latitude	Longitude
P 01	03°15'52,56"S	60°38'34,07"W	P 03	03°16'06,19"S	60°38'33,63"W
P 02	03°15'52,56"S	60°38'38,38"W	P 04	03°16'04,87"S	60°38'28,62"W

FINALIDADE: Autorizar a implantação de um loteamento residencial em uma área útil de 4.344ha de uma área total de 5.925ha e a supressão vegetal/IPAAM/Nº098/2024.

POTENCIAL POLUIDOR/DEGRADADOR: Médio **PORTE:** Pequeno

PRAZO DE VALIDADE DESTA LICENÇA: 01 ANO

Fonte: IPAAM (2025)

Figura 3 – Licença de Operação

RECEBIDO ORIGINAL
Em 14/06/2024
Antonio Brito de Lino

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

LICENÇA DE OPERAÇÃO – L.O. Nº 044/21-01

O INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS – IPAAM, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 3.785 de 24 de Julho de 2012, expede a presente Licença que autoriza a:

INTERESSADO: F.J Comércio de Combustíveis Ltda - ME.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: Rua Paraíba, nº 41, Conjunto Macurany, Raimundo Muniz, Parintins-AM.

CNPJ/CPF: [REDACTED] 70 **INSCRIÇÃO ESTADUAL:**

FONE: (92) 9 [REDACTED] **FAX:**

REGISTRO NO IPAAM: 1016.2604 **PROCESSO Nº:** 0023.2020

ATIVIDADE: Comercialização de Combustíveis

LOCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE: Rua Paraíba, nº 41, Conjunto Macurany, Raimundo Muniz, Parintins-AM

FINALIDADE: Autorizar operação de um posto para comercialização de combustíveis derivados de petróleo (gasolina, óleo lubrificante e diesel).

POTENCIAL POLUIDOR/DEGRADADOR: Grande **PORTE:** Pequeno

PRAZO DE VALIDADE DESTA LICENÇA: 03 ANOS.

Atenção:

- Esta licença é composta de 10 restrições e/ou condições constantes no verso, cujo não cumprimento/atendimento sujeitará a sua invalidação e/ou as penalidades previstas em normas.
- Esta licença não comprova nem substitui o documento de propriedade, de posse ou de domínio do imóvel.
- Esta licença deve estar disposta de forma visível (frente e verso), no local onde é desenvolvida a atividade.

Manaus-AM, 19 JUN 2024

Fonte: IPAAM (2025)

A documentação necessária para o licenciamento ambiental inclui uma série de documentos técnicos, jurídicos e administrativos, que variam conforme o tipo de atividade e o estágio do processo. Entre eles, destacam-se os estudos de impacto ambiental (EIA), relatórios

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

de impacto ambiental (RIMA), planos de controle ambiental (PCA) e termos de compromisso. Esses documentos são essenciais para garantir a transparência e a conformidade das atividades com as normas ambientais vigentes. O EIA constitui o estudo mais aprofundado, exigido para empreendimentos de significativo impacto ambiental, devendo contemplar diagnóstico ambiental da área, análise dos impactos ambientais do projeto, definição de medidas mitigadoras e programa de acompanhamento e monitoramento.

Além disso, o processo de licenciamento ambiental envolve a elaboração de pareceres técnicos por parte dos órgãos ambientais competentes, que analisam a viabilidade ambiental do empreendimento e propõem condicionantes específicas para cada caso. A emissão de licenças prévias (LP), licenças de instalação (LI) e licenças de operação (LO) formaliza a autorização para o início, continuidade e expansão das atividades econômicas, conforme os requisitos estabelecidos pela legislação ambiental.

A documentação adequada e completa é fundamental para assegurar a legalidade do empreendimento, minimizando riscos de penalidades e fortalecendo a segurança jurídica dos empreendedores. Nesse sentido, é crucial que os órgãos responsáveis pela fiscalização, como o BPAMB, realizem inspeções rigorosas para verificar a conformidade desses documentos e a efetiva implementação das condicionantes estabelecidas nas licenças.

Na Amazônia, o licenciamento ambiental enfrenta desafios específicos relacionados à extensão territorial, à dificuldade de acesso a diversas áreas, à pressão por desenvolvimento econômico acelerado e à existência de conflitos entre diferentes usos do solo. O Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas, órgão estadual responsável pelo licenciamento no Amazonas, tem buscado aprimorar seus procedimentos, implementando sistemas informatizados e promovendo maior integração com outros órgãos ambientais e de fiscalização.

6.2 ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS NA FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

Os resultados obtidos destacam a relevância da atuação da PMAM, principalmente através do BPAMB, na efetiva fiscalização ambiental da Amazônia. O Batalhão de Policiamento Ambiental constitui unidade especializada da Polícia Militar do Amazonas, criada especificamente para atuar na prevenção e repressão aos crimes ambientais, desempenhando papel fundamental na proteção dos recursos naturais do Estado.

As operações realizadas pelo BPAMB caracterizam-se por ações planejadas, baseadas em inteligência e executadas de forma integrada com outros órgãos. Operações como Hórus e

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

Tamoioatá resultaram na apreensão de grandes quantidades de produtos ilegais, como madeira, carvão, animais silvestres e materiais provenientes de mineração clandestina, além da aplicação significativa de multas, evidenciando a efetividade das ações policiais. Na Operação Hórus, por exemplo, foram apreendidos milhares de metros cúbicos de madeira extraída ilegalmente, resultando na aplicação de multas que somaram milhões de reais. A Operação Tamoioatá, por sua vez, focou no combate à pesca predatória e ao tráfico de animais silvestres, resultando na apreensão de centenas de animais que foram posteriormente devolvidos à natureza após triagem e cuidados veterinários.

Constatou-se também a importância do aprimoramento contínuo da capacidade operacional do BPamb, com investimentos recentes em infraestrutura e capacitação técnica especializada dos agentes. A inauguração da nova sede operacional do Batalhão permitiu ampliar o alcance das ações preventivas e repressivas em diversas regiões amazônicas, fortalecendo a presença estatal em áreas críticas. A nova sede conta com equipamentos modernos, salas de planejamento operacional, centro de treinamento e estrutura adequada para recebimento e triagem de animais apreendidos.

Os policiais militares ambientais passam por formação especializada que inclui conhecimentos de legislação ambiental, identificação de espécies da fauna e flora, técnicas de fiscalização, manejo de animais silvestres e primeiros socorros veterinários. Esta formação especializada é essencial para que os agentes possam atuar com eficiência e profissionalismo nas diversas situações encontradas durante as operações de fiscalização.

Além das ações repressivas, o BPamb desenvolve importante trabalho educativo junto às comunidades, promovendo palestras em escolas, associações comunitárias e eventos públicos, conscientizando a população sobre a importância da preservação ambiental e sobre as consequências legais dos crimes ambientais. Esta dimensão preventiva e educativa da atuação policial contribui significativamente para a mudança de comportamento e para a formação de uma consciência ambiental coletiva.

Os desafios enfrentados pelo BPamb incluem a necessidade de maior número de efetivo, aquisição de equipamentos específicos para atuação em áreas de difícil acesso (como embarcações, aeronaves e veículos apropriados para terrenos acidentados), sistemas de comunicação eficientes em áreas remotas e recursos financeiros para manutenção das operações. A superação desses desafios demanda investimento contínuo e planejamento estratégico de longo prazo.

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis Artigo Científico

6.3 INTEGRAÇÃO OPERACIONAL ENTRE PMAM E ÓRGÃOS AMBIENTAIS

Outro ponto relevante dos resultados foi a confirmação da necessidade de maior integração entre os órgãos ambientais e as forças de segurança. A atuação conjunta com o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas potencializou significativamente os resultados das operações, permitindo uma resposta mais coordenada e eficaz frente às atividades ilegais.

A integração operacional manifesta-se através de diversos mecanismos, incluindo o planejamento conjunto de operações, o compartilhamento de informações e inteligência, a participação de técnicos do IPAAM nas operações de fiscalização e a atuação coordenada na aplicação de sanções administrativas. Quando técnicos ambientais acompanham as operações policiais, é possível realizar imediatamente a avaliação técnica dos danos ambientais, a quantificação dos recursos naturais afetados e a elaboração dos autos de infração com maior precisão e fundamentação técnica.

O IPAAM possui expertise técnica e conhecimento específico sobre os processos de licenciamento, as condicionantes estabelecidas para cada empreendimento e os padrões de qualidade ambiental exigidos. Por sua vez, a PMAM detém capacidade operacional, treinamento em abordagem e conhecimento das técnicas de policiamento ostensivo. A conjugação dessas competências distintas cria sinergias que amplificam os resultados das ações de fiscalização.

Além da integração com o IPAAM, o BPamb também atua de forma coordenada com outros órgãos, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), o Ministério Público Estadual e Federal, e órgãos fundiários. Esta rede de cooperação interinstitucional fortalece significativamente a governança ambiental no Estado do Amazonas.

A integração também se manifesta na elaboração de protocolos conjuntos de atuação, na realização de operações integradas de grande porte e na criação de centros de comando e controle compartilhados durante operações especiais. Estes mecanismos institucionais consolidam a cooperação e garantem maior eficiência e efetividade das ações de proteção ambiental.

Em tom de conclusão dos resultados, os dados analisados demonstram que o licenciamento ambiental eficaz e bem fiscalizado contribui para uma redução expressiva dos impactos ambientais ilegais na região, proporcionando maior segurança jurídica e incentivando práticas sustentáveis por parte dos empreendedores. Esses resultados evidenciam que o

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

fortalecimento das políticas públicas ambientais deve continuar sendo uma prioridade estratégica para a conservação da Amazônia, com investimentos contínuos na estrutura de fiscalização, capacitação profissional e integração interinstitucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o licenciamento ambiental é um mecanismo vital para a promoção do desenvolvimento sustentável na Amazônia, exigindo esforços conjuntos e integrados entre instituições ambientais e forças de segurança, como a PMAM. A atuação eficiente e estratégica da PMAM, especialmente através do BPAMB, desempenha um papel crucial na proteção do patrimônio ambiental amazônico, assegurando a conformidade das atividades econômicas com as exigências legais e ambientais.

O estudo evidenciou que o fortalecimento contínuo da capacidade operacional e da especialização técnica dos agentes da PMAM é essencial para aumentar a eficácia das ações preventivas e repressivas. Investimentos em infraestrutura moderna, treinamento avançado e tecnologias de monitoramento são indispensáveis para assegurar resultados mais eficazes e duradouros no combate aos crimes ambientais.

A pesquisa confirmou a hipótese inicial de que o licenciamento ambiental, quando associado a uma fiscalização rigorosa e integrada, constitui instrumento eficaz para a prevenção de danos ambientais na região amazônica. Os dados coletados demonstraram que as operações realizadas pelo BPAMB, especialmente quando executadas em parceria com órgãos ambientais como o IPAAM, produzem resultados significativos na apreensão de produtos ilegais, aplicação de sanções e desarticulação de redes criminosas que atuam contra o meio ambiente.

Os objetivos da pesquisa foram plenamente alcançados. Caracterizou-se adequadamente o processo de licenciamento ambiental no contexto amazônico, identificando suas especificidades e fundamentos legais. Examinou-se detalhadamente a atuação da PMAM na fiscalização ambiental, analisando operações concretas e seus resultados práticos. Avaliou-se a importância da integração operacional entre a PMAM e os órgãos ambientais, identificando mecanismos de cooperação que potencializam a efetividade da fiscalização.

Destaca-se a necessidade de uma política pública ambiental robusta e integrada, capaz de promover a cooperação interinstitucional, garantindo assim uma resposta ágil e eficaz aos desafios ambientais enfrentados pela região. Essa abordagem coordenada é fundamental para proteger a Amazônia, garantindo sua preservação para as futuras gerações e promovendo uma verdadeira sustentabilidade ambiental, social e econômica.

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis Artigo Científico

Como perspectivas futuras, recomenda-se a ampliação das pesquisas sobre a efetividade dos instrumentos de gestão ambiental na Amazônia, incluindo estudos quantitativos que permitam mensurar com maior precisão o impacto das ações de fiscalização sobre os índices de criminalidade ambiental. Sugere-se também a realização de estudos comparativos entre diferentes estados da região amazônica, identificando boas práticas que possam ser replicadas em outras localidades. Ademais, é fundamental que sejam realizadas pesquisas sobre a percepção das comunidades locais em relação à atuação da PMAM e dos órgãos ambientais, permitindo o aprimoramento das estratégias de comunicação e educação ambiental.

Por fim, reitera-se que a proteção da Amazônia não constitui apenas uma responsabilidade regional, mas um compromisso global, dada a importância da floresta para a regulação climática planetária e para a conservação da biodiversidade. O licenciamento ambiental eficaz, aliado à fiscalização competente e à integração institucional, representa caminho viável e necessário para conciliar desenvolvimento econômico e preservação ambiental, assegurando que as riquezas naturais da Amazônia sejam legadas às futuras gerações em condições adequadas de uso e conservação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 3 mar. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990. Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d99274.htm. Acesso em: 3 mar. 2025.

BRASIL. **Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011. Fixa normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp140.htm. Acesso em: 3 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Política Nacional do Meio Ambiente**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938compilada.htm. Acesso em: 3 mar. 2025.

BRASIL. **Resolução CONAMA nº 1, de 23 de janeiro de 1986. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental**. Disponível em:

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis Artigo Científico

https://conama.mma.gov.br/?option=com_sisconama&task=arquivo.download&id=745.

Acesso em: 3 mar. 2025.

BRASIL. **Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997. Dispõe sobre licenciamento ambiental e regulamenta aspectos da Política Nacional do Meio Ambiente.**

Disponível

em:

https://conama.mma.gov.br/?option=com_sisconama&task=arquivo.download&id=237.

Acesso em: 3 mar. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

OLIVEIRA, Fabiano Melo Gonçalves de. **Direito ambiental**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. **Direito ambiental esquematizado**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Curso de Direito Ambiental**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

PALAVRAS-CHAVE: Licenciamento Ambiental; Amazônia; Polícia Militar do Amazonas; Fiscalização Ambiental; Sustentabilidade.

KEY WORDS: Environmental Licensing; Amazon; Military Police of Amazonas; Environmental Inspection; Sustainability.